



A delegação do FMI tomou a decisão após se reunir com o ministro da Fazenda

Retrato sem retoques do caos

Sílvio Ferraz

Correspondente

WASHINGTON — Quando a missão do Fundo Monetário Internacional desembarcar esta semana de regresso à sua sede, depois de tomar o pulso da economia brasileira, seu relatório não será favorável. Nem poderia ser. Com a inflação batendo nos mil por cento ao ano e grassando a crise institucional, o Brasil é o retrato em preto e branco do caos, sem retoques. Assim, pelo menos, qualquer fotógrafo imparcial o verá. Isso, no entanto, não será impedimento para uma aproximação das autoridades brasileiras com o Fundo, em busca de um programa que ajude o país a se livrar do *imbroglio* em que está metido.

"Um programa com o FMI agora é o mesmo que fazer dieta com médico. Se o paciente não emagrece, a culpa é do médico. Se desmaia na rua, sem força, a culpa também é do médico. Se perde os quilos desejados e volta a exibir a silhueta de um atleta, é por seu próprio esforço", compara uma alta fonte financeira de Washington. O programa com o FMI neste momento traria como vantagens o fato de não ser exigido do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, qualquer sacri-

fício para a economia do país, a não ser os que ele terá que fazer com o Fundo ou sem o Fundo. "A situação brasileira está tão confusa que os remédios capazes de amenizá-la são os tradicionais. Qualquer inovação poderá comprometer o quadro geral do paciente", observou a mesma fonte usando sempre a mesma imagem hospitalar quando se refere à situação brasileira. De fato, o Brasil cada vez mais surge no cenário internacional como um paciente em estado gravíssimo. "Houvesse uma UTI à mão com um único leito, lá estaria o Brasil", disse outra fonte.

O acordo com o Fundo será assim um atalho para encontrar um mínimo de disciplina no quadro econômico. Além disso, o país economizaria de imediato 1 bilhão de dólares que deve ao fundo este ano — poderia ser rolado para o futuro — além de ganhar o apoio de uma organização internacional de peso para a segunda rodada de negociações com os banqueiros credores. Isto facilitaria muito a ginástica dos negociadores brasileiros. A partir de agosto, quando a moratória completar seis meses, os bancos americanos serão obrigados a mover recursos em seus balanços para cobrir os prejuízos com os empréstimos feitos ao Brasil. Esta situação se refletirá nas cotações das ações dos bancos nas bolsas de valores e

contribuirá para aumentar ainda mais a voltagem das relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional.

Visto que o ministro Bresser Pereira já tem como imprescindível reduzir o crescimento do país de 7% para 3,5% ainda este ano, estará em marcha um plano realista para refrear a demanda e esfriar a temperatura da inflação. Esta redução só será possível com a contenção do déficit público e com a convivência com altas taxas de juros — um mecanismo infalível para desestimular a formação de estoques especulativos e a alimentação do consumismo.

Estas medidas fazem parte do recetário de qualquer economista, de qualquer escola, empenhado em jogar a curva da inflação para baixo. Não seria, portanto, uma imposição do Fundo Monetário. E, por isso mesmo, não se poderia a ele debitar o fato de o crescimento brasileiro estar projetado para a metade do anteriormente previsto.

Não é preciso ser um sábio das ciências econômicas para verificar a impossibilidade de um país como o Brasil, fraquejando das pernas, abraçado com uma crise política de proporções alarmantes, desfilando de braços dados com a moratória pelas avenidas dos principais centros financeiros do mundo, conseguir crescer 7% ao ano.